



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Coxim/MS, 29 de setembro de 2015

Ofício nº 1882/2015

Autos nº 0002317-06.2015.8.12.0011

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente: Nadir Mateus Basílio

Requerido: Juscelino Brito de Oliveira

Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes
MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **Juscelino Brito de Oliveira**, Rua Estrada Velha, 120, Nova Coxim - CEP 79400-000, Fone (067), Coxim-MS, CPF 609.102.241-53, nascido em 27/10/1972, Solteiro, Brasileiro, natural de Coxim-MS, pai Aparecido Candido de Oliveira, mãe Ernestina Brito de Oliveira, tendo como vítima **Nadir Mateus Basílio**, Velha Estrada, 276, Nova Coxim - CEP 79400-000, Coxim-MS, CPF 831.134.601-15, RG 670.915/MS, nascida em 07/04/1965, Solteira, Brasileiro, natural de São Gabriel do Oeste-MS, Prendas do Lar, mãe Dorandina Mateus Basílio, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

Gislene Cristina Minini Duarte
Analista Judiciário
 Assina por determinação
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento				
<input checked="" type="checkbox"/>	PROTOCOLO		MALOTE SIMPLES	MALOTE COM C.R.
	CORREIO SIMPLES		CORREIO COM A.R.	CORREIO COM A.R. M.P.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISELENE CRISTINA MININI DUARTE. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0002317-06.2015.8.12.0011 e o código 2A46AFE.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Autos 0002317-06.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Réu(s): Juscelino Brito de Oliveira

Vítima: Nadir Mateus Basílio

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão de Brito Araújo em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher, vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da Autoridade Policial, a vítima, em data recente, teria sofrido agressões de seu companheiro, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 26/29).

Relatei o necessário. **Decido.**

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela Autoridade Policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de companheira é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a Autoridade Policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracterizada por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor que mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelará pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à Autoridade Policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 28 de setembro de 2015.

Tatiana Dias de Oliveira Said
 Juíza de Direito